



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 126, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2016, do Senador Cristovam Buarque, que Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Telmário Mota

19 de Setembro de 2019





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2016, do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão.*

Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

Vem para o exame desta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 44, de 2016, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, para tornar obrigatória a divulgação, pelo Poder Executivo Federal, de informações constantes do referido cadastro, incluindo fotografias de pessoas desaparecidas, por meio de realização de publicidade de utilidade pública, com inserções veiculadas nos intervalos da programação das emissoras de televisão, diariamente, por, no mínimo, um minuto, no período compreendido entre 18 e 22 horas.

Em suas justificações, o autor louva a instituição do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, mas lamenta sua pouca efetividade, seja em razão de obstáculos técnicos e burocráticos, seja em razão da ausência de mecanismos de divulgação do fato do desaparecimento



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

e de características da pessoa desaparecida. Por essa razão, esclarece ser sua iniciativa um complemento indispensável à Lei nº 12.127, de 2009.

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Em seu exame da proposição, a CCT aprovou-a nos termos de duas emendas: uma de redação, para acrescentar-lhe à ementa os termos da ementa da lei que a proposição visa alterar; e uma segunda emenda, que acrescenta o § 2º ao art. 2º da Lei nº 12.127, de 2009, para determinar que os custos da nova política “correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Poder Executivo Federal para a realização de publicidade de utilidade pública”. Cabe agora à CDH opinar sobre a proposição em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, a CDH é competente para o exame de matéria relativa à proteção da infância e da juventude, o que torna regimental o seu exame do PLS nº 44, de 2016. Não se observam problemas de constitucionalidade ou de juridicidade: o Parlamento é competente para legislar sobre a matéria conforme prevê a Constituição Federal, em seu art. 24, inciso XV e § 1º. A proposição inova a ordem jurídica sem contradizê-la, não atinge princípio geral de direito e guarda, portanto, potencial de cogência e de efetividade.

Quanto ao mérito, não há como não concordar com os argumentos do autor e com aqueles a eles acrescidos pelo relator da matéria na CCT. É séria a situação atual, com dezenas de milhares de desaparecidos a cada ano, bem como a necessidade de se tornar eficaz o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos. Em 2013, foi lançada nova versão do sítio eletrônico que abriga o Cadastro, fazendo com que qualquer pessoa possa nele inserir informações sobre pessoas desaparecidas. A



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

combinação dessa possibilidade com o advento da divulgação televisiva nacional, em horários de grande audiência, deve alterar de modo importante a efetividade do Cadastro. Dezenas de milhões de pessoas tomarão conhecimento, diariamente, dos fatos de desaparecimento, multiplicando a chance de que alguém que tenha visto, ou que saiba algo, sobre a criança ou o adolescente desaparecido entre em contato com a família ou com os órgãos de segurança pública. O autor, com determinações simples, altera significativamente o futuro de milhares de pessoas.

Tampouco se pode deixar de concordar com o mérito das emendas propostas junto à CCT, corrigindo a redação da ementa e esclarecendo as fontes de financiamento da iniciativa.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2016, com as emendas aprovadas pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 3 - CDH

Acrescente-se ao art. 2º da Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, nos termos da redação dada pelo Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2016, com as emendas aprovadas na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), o seguinte § 3º:

“Art. 2º
.....

§ 3º Uma vez registrado em órgão de segurança pública federal ou estadual o desaparecimento de criança ou de adolescente, os detentores do poder familiar ou os responsáveis por sua guarda



SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

deverão, conforme regulamento, e sob pena de multa, inscrever a pessoa desaparecida no cadastro de que trata esta Lei.”(NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Relatório de Registro de Presença
CDH, 19/09/2019 às 09h - 101ª, Extraordinária
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP) | |
|--|--------------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| JADER BARBALHO | 1. JARBAS VASCONCELOS |
| MARCELO CASTRO | 2. DANIELLA RIBEIRO |
| VANDERLAN CARDOSO PRESENTE | 3. LUIS CARLOS HEINZE PRESENTE |
| MAILZA GOMES PRESENTE | 4. VAGO |
| VAGO | 5. VAGO |

| Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL) | |
|--|------------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| EDUARDO GIRÃO PRESENTE | 1. SORAYA THRONICKE PRESENTE |
| STYVENSON VALENTIM PRESENTE | 2. ROMÁRIO |
| LASIER MARTINS PRESENTE | 3. ROSE DE FREITAS |
| JUÍZA SELMA | 4. MARA GABRILLI |

| Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB) | |
|---|-------------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| FLÁVIO ARNS PRESENTE | 1. ALESSANDRO VIEIRA |
| ACIR GURGACZ PRESENTE | 2. FABIANO CONTARATO PRESENTE |
| LEILA BARROS PRESENTE | 3. JORGE KAJURU |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | |
|---|-------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| PAULO PAIM PRESENTE | 1. PAULO ROCHA PRESENTE |
| TELMÁRIO MOTA PRESENTE | 2. ZENAIDE MAIA |

| PSD | |
|-----------------------------|-------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE | 1. SÉRGIO PETECÃO |
| NELSINHO TRAD PRESENTE | 2. LUCAS BARRETO |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | |
|--|-------------------------|
| TITULARES | SUPLENTES |
| MARCOS ROGÉRIO PRESENTE | 1. MARIA DO CARMO ALVES |
| CHICO RODRIGUES | 2. VAGO |

Não Membros Presentes

MAJOR OLIMPIO
CIRO NOGUEIRA
JAYME CAMPOS
MARCOS DO VAL

Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 44/2016, nos termos do relatório apresentado

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - Senadores

| TITULARES - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
|--|------------|------------|------------------|--|------------|------------|------------------|
| JADER BARBALHO | | | | 1. JARBAS VASCONCELOS | | | |
| MARCELO CASTRO | | | | 2. DANIELLA RIBEIRO | | | |
| VANDERLAN CARDOSO | | | | 3. LUIS CARLOS HEINZE | | | |
| MAILZA GOMES | X | | | 4. VAGO | | | |
| VAGO | | | | 5. VAGO | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| EDUARDO GIRÃO | X | | | 1. SORAYA THRONICKE | X | | |
| STYVENSON VALENTIM | X | | | 2. ROMÁRIO | | | |
| LASIER MARTINS | X | | | 3. ROSE DE FREITAS | | | |
| JUÍZA SELMA | | | | 4. MARA GABRILLI | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| FLÁVIO ARNS | X | | | 1. ALESSANDRO VIEIRA | | | |
| ACIR GURGACZ | X | | | 2. FABIANO CONTARATO | | | |
| LEILA BARROS | | | | 3. JORGE KAJURU | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| PAULO PAIM | | | | 1. PAULO ROCHA | | | |
| TELMÁRIO MOTA | X | | | 2. ZENAIDE MAIA | | | |
| TITULARES - PSD | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - PSD | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| AROLDE DE OLIVEIRA | X | | | 1. SÉRGIO PETECÃO | | | |
| NELSINHO TRAD | | | | 2. LUCAS BARRETO | | | |
| TITULARES - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO | SUPLENTEs - Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | SIM | NÃO | ABSTENÇÃO |
| MARCOS ROGÉRIO | X | | | 1. MARIA DO CARMO ALVES | | | |
| CHICO RODRIGUES | | | | 2. VAGO | | | |

Quórum: TOTAL 11

Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0

* Presidente não votou

Senador Paulo Paim
Presidente

ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2, EM 19/09/2019

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

TEXTO FINAL
DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2016
Na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa que:

Altera a Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, que *cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos*, para dispor sobre a divulgação de informações de pessoas desaparecidas na televisão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 12.127, de 17 de dezembro de 2009, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos:

“**Art. 2º.**

§ 1º O Poder Executivo Federal divulgará informações constantes da base de dados de que trata o caput, incluindo fotografias de pessoas desaparecidas, por meio de realização de publicidade de utilidade pública, com inserções veiculadas nos intervalos da programação das emissoras de radiodifusão de sons e imagens (televisão), diariamente, por no mínimo um minuto, no período compreendido entre dezoito e vinte e duas horas. (NR)

§ 2º As despesas decorrentes da aplicação do disposto no § 1º correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Poder



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Executivo Federal para a realização de publicidade de utilidade pública.
(NR)

§ 3º Uma vez registrado em órgão de segurança pública federal ou estadual o desaparecimento de criança ou de adolescente, os detentores do poder familiar ou os responsáveis por sua guarda deverão, conforme regulamento, e sob pena de multa, inscrever a pessoa desaparecida no cadastro de que trata esta Lei.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor após decorridos noventa dias de sua publicação.

Sala da Comissão, em 19 de setembro de 2019.

Senador Paulo Paim
Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 44/2016)

NA 101ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1 E 2-CCT/CDH E COM A EMENDA Nº 3-CDH. VOTO EM SEPARADO ACOLHIDO, NA FORMA DA EMENDA Nº 3.

19 de Setembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação
Participativa